

Campanha eleitoral e economia

Após a convenção do PMDB, o presidente José Sarney perdeu todas as suas ilusões de poder — direta ou indiretamente — levar ao Planalto um candidato próprio. Trata-se de um fato, a nosso ver, carente de destaque, embora merecedor de reflexões por parte do governo, neste momento tão delicado da conjuntura econômica brasileira.

Temos o exemplo da vizinha Argentina, em que o atual presidente guarda ainda alguma esperança de eleger seu sucessor. Tal designio, todavia, prendeu-o a uma política de compromisso que está levando a economia platina ao caos. Ao presidente Sarney restam ainda sete meses, não mais para encontrar seu sucessor mas para deixar ao País uma imagem melhor do que aquela que lhe reservam, atualmente, os registros da História pátria. Está livre para empreender, finalmente, uma política econômica dissociada de injunções e objetivos eleitorais.

Deve o chefe da Nação reconhecer o malogro do Plano Verão, ainda que o compartilhe, com o Congresso, no terreno das responsabilidades. Tentando ignorar os fatos, ao insistir numa política econômica ilusória, corre o presidente o sério risco de agravar perigosamente as tensões inflacionistas. Todos reconhecem que a *débâcle* do programa se deve a um

único fator: a impossibilidade na qual se encontrou o ministro da Fazenda de reduzir, conforme pretendia, o déficit público e, em consequência, a expansão monetária.

Sem esse expediente, não conseguiu o ministro atenuar a demanda, o que era absolutamente vital à contenção das reivindicações salariais. Cumpre portanto ao Planalto dar a mão à palmatória, e, perdida qualquer esperança de manutenção de uma taxa de inflação *civilizada*, procurar aceitar, num sistema de mercado, um descompasso elevado, porém não explosivo. Ao insistir num congelamento de preços, por mais flexível que seja, desafia o governo o risco de uma explosão totalmente incontrolável.

Não desconhecemos os limites de atuação do Executivo diante de um Legislativo ainda preso, ele sim, à campanha eleitoral. Incontestavelmente, não pode contar com a colaboração do Congresso, mas, pelo menos, deve servir-se de todos os meios ainda ao seu alcance para, embora sem respaldo parlamentar, desenvolver uma política lógica e ortodoxa.

Primacialmente, não pode o governo fugir ao imperativo de dizer a verdade em todas as suas dimensões. Não deve hesitar na denúncia dos abusos que ora se cometem, como, por exemplo, os reajustes dos vencimentos de alguns privilegiados do serviço pú-

blico ou dos empregados das empresas estatais. Assim como a pregação de um dos atuais prescindíveis, dirigida contra os "marajás", vem obtendo grande êxito, a denúncia de abusos, por parte do Executivo, bem poderá influenciar o Legislativo.

Todavia, só denúncias não constroem uma política econômica, ainda que, a nosso ver, pode a pregação da verdade afetar o curso da economia. O governo tem de agir. Em primeiro lugar, deve renunciar a um congelamento que, além de não impedir a alta de preços, exaspera, isso sim, uma opinião pública cansada de engodos e de pagar, sob as formas mais diversas, um ágio que não figura nos índices de preços. O corolário, na verdade, seria a livre negociação dos salários, escolhendo-se, como único meio de controle, as leis do mercado, muito mais eficientes do que a Sunabe e o CIP.

Cumprido ao governo, igualmente, abandonar a idéia de dosar os reajustes dos serviços públicos. Disposto de total liberdade para fixar as tarifas e os preços administrados, deve fazê-lo com coragem, desde que consciente de que não está usando seus poderes monopolísticos, mas apenas aplicando as leis econômicas, segundo as quais não se deve vender mercadorias ou serviços abaixo dos seus custos. Pelo menos, conseguirá eliminar déficits nas empresas es-

tatais, uma vez que lhe falta a mesma possibilidade para erradicar aqueles da administração pública, mediante redução do número de funcionários ou da eliminação de empresas estatais.

O que não o impede de continuar a seguir a regra que ele mesmo se impôs: gastar somente o que possui, e não fornecer recursos a empresas estatais improdutivas. Pode também recusar-se a socorrer bancos estatais, compelindo-os a executar seus deveres ou a fechar suas portas.

Estamos convencidos de que, seguindo este caminho, a inflação, embora podendo chegar a um patamar elevado, apresentará tendências de estabilização, numa primeira fase, para ceder, numa segunda.

Ontem, durante seminário promovido pela Fides acerca das injunções éticas do problema da dívida externa, o banqueiro suíço Philippe de Weckx assegurou que os bancos estão prontos a ajudar um país como o Brasil, desde que lhes seja apresentado um programa, de longo prazo, de luta contra a inflação e a miséria. Lembrou a propósito que tal programa não pode ser levado a efeito sem custo social, custo, todavia que, bem distribuído, é muito inferior àquele que o País paga por recusar-se a seguir uma política de ajustamento rápido. Cumpre ao Planalto meditar sobre tal advertência...